7o Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

Identidade como efeito colateral: estudo sobre a mobilização do conceito de *identidade nacional* nos estudos de nacionalismo

Douglas Welter Reichert
Mestrando no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Igor Castellano da Silva (Orientador)
Docente da Universidade Federal de Santa Maria

Porto Alegre, 12 a 14 de dezembro de 2024

Identidade como efeito colateral: estudo sobre a mobilização do conceito de *identidade nacional* nos estudos de nacionalismo

Douglas Welter Reichert
Igor Castellano da Silva (Orientador)

Você me abre seus braços
E a gente faz um país
(Marina Lima e Antônio Cícero)

Introdução

Este resumo pretende sintetizar alguns elementos observados em uma pesquisa de conclusão de curso. Almeja-se, portanto, descrever tanto as suas etapas metodológicas de classificação inicial (Reichert, 2023), quanto os resultados obtidos no processo de análise e sua subsequente discussão à luz de perspectivas críticas à *identidade*. O objetivo central do estudo foi cartografar a (in)existência e predicação do conceito *identidade* nos estudos de nacionalismo. Em termos específicos, visou-se: a) mapear *quem* são as vozes que pautam esse debate; b) identificar como *identidade* é empregada como um conceito nesses estudos; e, por fim, c) observar como aspectos de ordem subjetiva são por eles mobilizados. Dadas as limitações de espaço e tempo, optou-se pela condução da pesquisa a partir do *mainstream* acadêmico – entendido como a amostra composta pelos textos mais referenciados, em termos de citações, em língua inglesa.

Em termos metodológicos, esse é um estudo conceitual de teor qualitativo. Em um primeiro momento, contudo, a bibliometria foi empregada com vistas a delimitar e classificar o *corpus* textual entendido como *mainstream*. Foram selecionados 750 textos, sendo 250 por palavra-chave ("nation", "nationalism" e "national identity"). Empregados os critérios de exclusão, restaram 99 textos na amostra, que foi analisada em termos quantitativos, com vistas a mapear a autoria (isto é, as vozes dominantes) nesse debate. Foi perceptível, assim, a prevalência de um perfil claro de autoria: homens brancos velhos ocidentais. Dentre os textos analisados: 70,7% são de homens; 87,9% de pessoas brancas; 85,8% de pessoas com idade superior a sessenta anos; e 86,9% de ocidentais. Foram perceptíveis, igualmente, ausências marcantes. Apenas um texto foi identificado como possuindo autoria negra (Hall, 1993) e a autoria de uma pessoa não identificada em termos da binaridade de gênero (Butler, Spivak, 2007). Uma análise puramente identitária da autoria, contudo, pouco nos diz sobre o seu mérito – dadas as limitações do emprego do nome do autor como elemento analítico (Foucault, 2009). Sendo necessária uma análise de teor qualitativo dessa amostra.

Na fase subsequente, foi realizada uma leitura direcionada dos textos, por conta de sua magnitude – a maior parte da amostra foi composta de livros (tanto organizados enquanto coletâneas de ensaios, quanto obras completas), inviabilizando seu processamento integral. Buscou-se pelos termos "national identity" e "identity", sendo realizada a leitura dos parágrafos nos quais os mesmos estavam presentes. Foi possível,

assim, mapear a mobilização de tal conceito (que se deu em 100% dos textos observados), sua discussão (existente em apenas 51%) e se o mesmo foi apresentado enquanto processo (presente em 73,5), em oposição a uma noção *essencialista* de identidade. Observou-se, além disso, a prevalência de 6 diferentes perspectivas nas quais o conceito de identidade é mobilizado. A mais recorrente foi a sociológica (94%), seguida por histórica (67,5%), política (65,5%), subjetiva (61%), racial (51%) e de gênero (47%). Sua presença, expressa nessa quantificação, não se refere à sua discussão qualificada – sendo mapeada somente a evocação de tais termos nas referidas discussões. Dadas as limitações de extensão, não será possível explorar as especificidades de cada uma das perspectivas.

(Um parágrafo sobre a parte final!!!!!)

1. Metodologia e aspectos gerais da amostra textual

Essa seção visa apresentar brevemente as escolhas metodológicas empregadas no processamento do presente *corpus textual*, bem como, alguns de seus aspectos gerais. Dada a complexidade e interdisciplinaridade do campo de estudos do nacionalismo, o critério de inclusão básico desse estudo foram três pesquisas independentes de 250 textos (totalizando 750) realizadas na plataforma *Publish or Perish*, pelos termos "*nation*", "*nationalism*" e "*national identity*". Em termos esquemáticos, esse estudo se subdivide em três grandes esforços analíticos, quais sejam: a) um de ordem mais quantitativa, empregando técnicas bibliométricas para selecionar e categorizar os textos dessa primeira amostra – que discutirei na presente seção; b) outro de teor mais qualitativa, mapeando a (in)existência da identidade nacional nos textos já selecionados; e, finalmente, c) um último de teor exploratório, com vistas a oferecer caminhos (mesmo que parciais) para a elaboração de aspectos de ordem subjetiva nesses estudos.

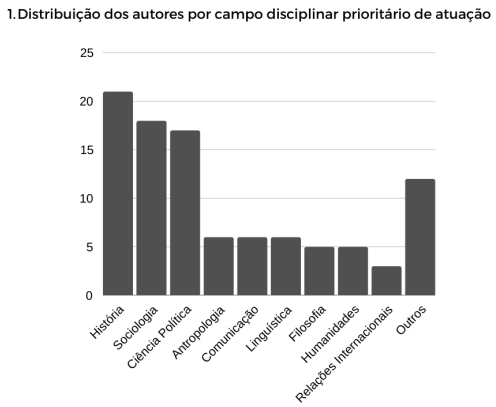
O processamento bibliométrico implicou o emprego de uma série de critérios de exclusão, filtrando a amostra inicial de 750 textos. Descartei, assim: textos publicados em revistas inquestionavelmente fora da área que pretendia analisar; obras claramente fora do escopo deste estudo; além de diversas outras obras voltadas ao aprendizado de vocabulário. Feitos esses dois recortes, alcancei, em tese, o conjunto de textos mais citados que discorrem sobre os três conceitos que pretendia mapear. O próximo passo, assim, foi o de tentar delimitar ainda mais a literatura *mainstream*. A média simples produzida a partir do número de citações total dos estudos foi utilizada como linha de corte, sendo descartados todos os estudos abaixo da média geral de citações de seu respectivo conceito. Sendo considerados, por conceito: "*nationalism*" acima de 1303 citações; "*nation*" acima de 787 citações; e "*national identity*" acima de 388 citações. A próxima classificação se deu a partir

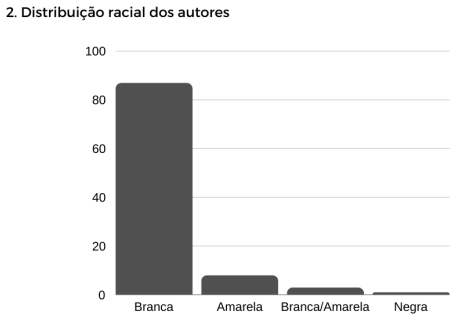
da leitura de títulos, resumos, sumários, *abstracts* e, em alguns casos, introduções ou técnicas complementares com emprego de inteligência artificial. Classifiquei, assim, os textos em quatro escalas de cores a depender de sua pertinência à temática, sendo elas: verde (pertinente), amarelo (lateralmente pertinente), vermelho (pouco ou nada pertinente) e roxo (texto não encontrado nessa fase de processamento). Utilizei, portanto, apenas os textos correspondentes às categorias verde e amarela para a próxima etapa de processamento.

De forma contraintuitiva, o que busquei realizar nesta seção foi descrever a "identidade" da autoria dos textos da amostra. No resultado final da pesquisa realizada – composta pelos textos enquadrados nas categorias verde e amarela –, restaram 99 documentos. Nem todas as informações foram encontradas sobre todos os textos e, igualmente, uma série de dificuldades de categorização foi encontrada no decorrer do processo, mencionarei essas situações específicas no decorrer da análise dos dados[1]. As informações específicas de autoria que busquei contemplar são: área de atuação/formação prioritária; origem/nacionalidade; ano de nascimento (e se segue viva); gênero; e cor – mapeando, mesmo que superficialmente, um perfil das/os autoras/es mais "relevantes" (em termos de citações). ~~Reconhecemos as limitações epistemológicas de aderir a um modelo de análise baseada em critérios puramente identitários, porém, igualmente, entendemos a importância de posicionar, mesmo que precariamente, as posições a partir das quais os discursos de maior "relevância" são re-formulados.~~

Em termos da área prioritária de atuação, recorri principalmente à análise de seus currículos acadêmicos, contemplando também o enquadramento disciplinar de outras de suas obras textuais. As áreas mais recorrentes são: As áreas mais recorrentes foram: História (21,2%), Sociologia (18,2%) e Ciência Política (17,2%). Somando, juntas, 56,5% de toda a amostra. Sendo seguidas por, respectivamente: Antropologia (6,1%), Comunicação (6,1%), Linguística (6,1%), Filosofia (5,1%), Humanidades (5,1%), Relações Internacionais (3%), Administração (2%), Arquitetura (2%), Estudos Culturais (2%), Geografia (2%), Metodologia Quantitativa (1%), Psicologia (1%) e textos não identificados correspondendo a 2%. É notável que os dados do gráfico 01 já indicam a prevalência significativa de alguns campos disciplinares sobre outros no que se refere a pautar as discussões de nacionalismo, nação e identidade nacional nesse mainstream acadêmico.

[1] É digno de menção que, em termos de definição metodológica, considerei por "autor/as/es" as pessoas identificadas como autoras de livros e artigos. No caso de livros organizados com a participação de diversos autores, para fins desta amostra inicial, as pessoas identificadas como organizadoras foram consideradas como "autor/as/es" da obra.





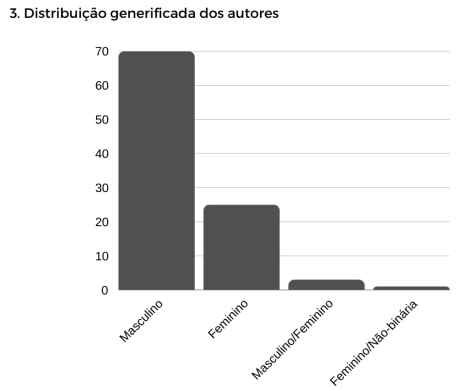
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

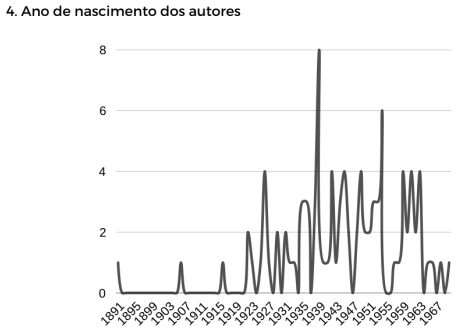
As próximas três categorizações se referem diretamente às pessoas que corporificam tais discursos[2]. A categorização de raça possui uma série de complexidades – como suas transformações em termos de inteligibilidade em contextos sociais, temporais e geográficos distintos (Souza, 2021; Kilomba, 2019). Tentei, com isso, fazê-lo segundo as categorias de heteroidentificação fenotípica do IBGE (Dias, Junior, 2018). Sabe-se, de partida, que essa análise é bastante superficial, mas o que se almeja é traçar um breve panorama de *quem* possui espaço no *mainstream* acadêmico. O resultado pode ser observado no gráfico 02. Apenas um texto tem autoria negra (Hall, 1993) e pouco mais de 10% conta com autores identificados como "amarelos"[3] (sendo 8,1% autores solo e 3% em estudos com mais de um autor, sendo um deles amarelo). Mensurou-se, também, o enquadramento de gênero dos referidos autores. Dado que a maior parte das línguas possui uma construção generificada, sua categorização foi realizada sem grandes dificuldades, tomando-se como critério as próprias descrições dos autores em suas respectivas redes sociais ou biografias institucionais. A participação feminina na produção científica, corresponde a pouco menos de 30% (contando com: 25,3% dos trabalhos com apenas autoras mulheres; 3% com autoras mulheres em coautoria com homens; e 0,95% – o texto de Butler e Spivak (2007) – feito em coautoria uma mulher e uma pessoa não-binária). A autoria exclusivamente masculina, por outro lado, corresponde a 70,7%

[2] O marcador de classe foi, já num primeiro momento, descartado. Em sua maioria, os autores encontrados são professores universitários e/ou pesquisadores. O que, de um lado, indica que muito possivelmente não são de classes sociais notavelmente muito ricas ou muito pobres. Mas, igualmente, isso seria apenas um registro do tempo atual, não sendo capaz de dar conta de processos de ascensão (ou descensão) social que, por sua vez, poderiam nos dizer mais sobre os interesses de classe implicados em seus referidos estudos, por exemplo. Dito isso, optei por suprimir a variável por: a) sua dificuldade de mensuração e comparação; e b) sua baixa capacidade explicativa no caso deste estudo, em específico.

[3] Sendo esses compostos, em sua maioria, por pesquisadores de origem de países do sul global – caso dos asiáticos Homi Kharshedji Bhabha (2013) e Gayatri Chakravorty Spivak (2007); e dos orientais Joseph Andoni Massad (2001) e Yasir Suleiman (2019), por exemplo –, que construíram suas carreiras nos Estados Unidos da América e/ou no Reino Unido. Os demais 87,9% dos estudos foram produzidos por autores identificados como brancos.

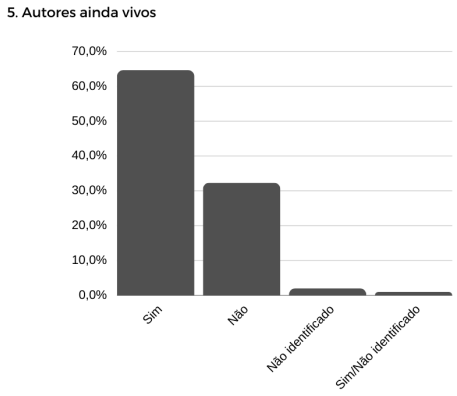
(contando, ainda, com mais 3% dos trabalhos redigidos conjuntamente por homens e mulheres). Seguindo esses critérios, nenhum texto de autoria de mulheres negras foi encontrado ao longo de toda a pesquisa.

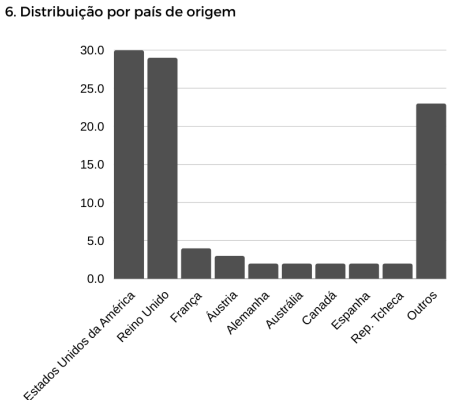




Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quanto às dinâmicas geracionais é interessante perceber que todos os noventa e nove estudos foram produzidos por autores nascidos no período entre 1891 e 1970, compreendendo uma faixa de 79 anos. Não foi possível encontrar dados confiáveis referentes à data de nascimento de 12 autores (sendo 10 deles em estudos de autoria solo e 2 deles feitos em coautoria, sendo possível identificar a data de nascimento de seus coautores). A distribuição desses dados pode ser observada no histograma (gráfico 04) abaixo. Além das datas de nascimento, tentamos identificar quais dentre esses autores seguem vivos, os resultados podem ser observados no gráfico 05. Em três casos, não foi possível identificar essa informação (dois deles em estudos de autores solo e um deles em coautoria – no qual um autor está vivo e o outro não foi identificado). Majoritariamente (em 64,6% dos textos), os autores seguem vivos.





Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quanto à origem geográfica, é pertinente apontar as limitações de tal categorização, dado que tal escolha metodológica implica: a) a desconsideração da mobilidade dos mesmos ao longo do tempo; e b) a incapacidade de englobar as transformações dos próprios locais de origem – que, neste caso, optei por identificar no contexto dos Estados atualmente existentes[4]. É notável a preponderância de estudos produzidos por autores dos Estados Unidos da América e do Reino Unido que, sozinhos, congregam 59,6% do total – além de outros 2% produzidos em coautoria de pesquisadores estadunidenses com pesquisadores de outras origens (Butler, Spivak 2007; Dittmer, Kim 1993). Distribuindo-os em grandes regiões geográficas (África, Américas, Ásia, Europa, Oceania e Oriente Médio) é possível observar que 86,9% dos estudos foram produzidos por autores ocidentais (de origem americana, europeia ou australiana). Contando com apenas um estudo de origem africana e três oriundos da Oceania, todos contendo autores australianos. Cinco do Oriente Médio e oito asiáticos. Demonstrando, em termos numéricos, a centralidade da América e da Europa no processo de pautar os termos nos quais os debates sobre as nações e os nacionalismos se desenvolvem no *mainstream* acadêmico.

Observa-se, assim, que os autores [sic] que conduzem essa discussão tem um perfil definido: homens brancos velhos ocidentais. Isto é: homens em 70,7%; brancas/os em 87,9%; com idade superior a 60 anos em, ao menos, 85,8%; e ocidentais em 86,9%. Michel Foucault (2001, p. 273-274), contudo, nos alerta para o caráter ficcional do autor, servindo "para reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros", isto é, "para caracterizar um certo modo de ser do discurso". Seria extremamente contraditório com a proposta desse estudo – para não dizer superficial – reificar a figura do autor como significativa e portadora de sentidos em si mesma. A próxima seção desse estudo, com isso, tem como intuito a realização de uma análise qualitativa menos de *quem* pauta esse discurso e mais *do que* é pautado por essas vozes dominantes.

2. Análise qualitativa

Dos 99 textos da amostra inicial, nem todos puderam ser analisados nessa fase[5]. Alguns pela sua indisponibilidade de acesso, outros pela dificuldade de pesquisa/leitura e alguns ainda em função do tempo disponível para a entrega do

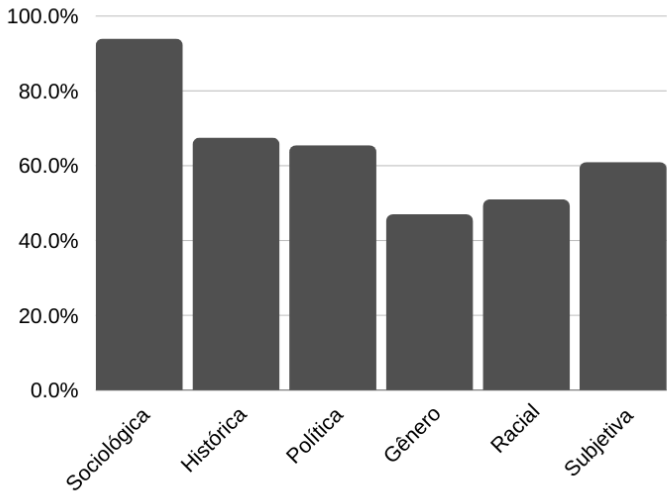
[4] Um exemplo é o caso de Hans Kohn, que cresceu na áustria-hungria que não existe mais. Em termos de categorização, consideramos a conformação atual dos territórios, alocando-o em função da cidade de nascimento, hoje pertencente à República Checa. Outro caso de difícil categorização é o de Liah Greenfeld, que se apresenta como "israelense-americana russo-judaica".

[5] Sendo: 22 artigos científicos, 5 livros organizados, 70 livros completos e 2 capítulos de livro. Destes, 10 foram categorizados como indisponíveis, por não terem sido encontrados disponíveis virtualmente e 3 até foram encontrados, mas de forma ilegível, inviabilizando o seu processamento. De modo com que, a amostra final contou com 86 textos.

trabalho de conclusão de curso. Desse modo, a amostra final analisada correspondeu a aproximadamente 60% do número total de textos da amostra. O processamento se deu a partir de uma leitura guiada pela palavra-chave identidade ("*identity*"/"*identities*"), dada a extensão das amostras bibliográficas[6]. Objetivou-se identificar: a) se o conceito é mobilizado; b) se o conceito é discutido; c) se ele é apresentado como um processo; d) quais perspectivas são mobilizadas para qualificá-lo, sendo classificadas em: sociológica, histórica, política, subjetiva, racial e de gênero; e) se limitações são reconhecidas ao conceito nos termos em que é mobilizado; e, por fim, f) qual a definição – se é que ela se apresenta de forma explícita – que a/o autor/a oferece ao conceito. Objetivamente, os resultados encontrados no processo de categorização podem ser observados abaixo.

Mobiliza o conceito	Discute o conceito	Apresenta como processo
100%	51%	73,5%

8. Classificação das perspectivas abordadas



Há uma preponderância da perspectiva sociológica, sendo também a mais ampla. Nela, considerou-se quaisquer elementos atrelados aos processos sociais que se vinculam à criação, mobilização ou sustentação das identidades nacionais. Contemplando desde esforços conceituais mais abstratos (Blommaert, 2006, p. 239; Kedourie, 1961, p. 73) até análises de casos específicos (Seton-Watson, 1977, p. 218) ou de teor mais histórico (Gellner, 1983, p. 61).

[6] Isso leva a, ao menos, duas implicações importantes: a) estão omissas discussões correlatas à identidade que se dão em outros fragmentos do texto; e b) estão omissas, também, quaisquer discussões que tratem de identidade sem evocá-la por esse significante, em específico.

No caso da perspectiva histórica, é curioso notar a existência de uma série de obras sobre processos de (trans)formação da identidade nacional no contexto de diferentes países, como: Colômbia (Bushnell, 1993); Geórgia (Suny, 1988); Espanha (Boyd, 1997); Brasil (Vianna, 1999); Jordânia (Massad, 2001); Rússia (Brandenberger, 2001); Inglaterra (Kumar, 2003); Estados Unidos da América (Zolberg, 2008); e Alemanha (Applegate, 1990), apenas para citar alguns exemplos. Muitos dos quais sem recorrer a nenhuma discussão minimamente qualificada do conceito de *identidade*, evocando-a como um significante portador de um significado inerente. É como se, para alguns desses autores, *identidade* emergisse como um conceito auto evidente, independente de qualquer tipo de predicação. Outro elemento marcante é a existência não só da história num sentido mais literal/estrito, dado que alguns estudos se apoiam na ideia de história num sentido mais discursivo (ou até mítico) das origens nacionais (Bell, 2003, p. 65; Triandafyllidou, 1998, p. 600).

No caso da perspectiva política, foi possível encontrar desde associações um pouco mais frouxas como "se espera que uma forte identidade nacional aumente o envolvimento político" (Huddy, Khatib, 2009, p. 65) até outras com maior complexidade teórica (Hecht, 2009), mas prevalecem os estudos associando políticas direta de Estado relacionadas à construção ou modulação de identidades nacionais (Smith, 1992; Holy, 1996; De Cillia, Reisigl, Wodak, 1999; Boyd, 1997). Na grande maioria dos casos, gênero não parece ser um elemento relevante para a discussão das identidades nacionais. O que não significa, por óbvio, sua total inexistência. Stuart Hall (1993, p. 356), Anthony Giddens (1985, p. 336) e Celia Applegate (1990, p. 86), por exemplo, até mencionam "gênero" como algo diferenciador no contexto de suas análises – sem grandes qualificações[7]. Algumas exceções são Chakravarty (1993), Cohen (1996), Colley (2003), Cott (2002) e Hecht (2009) – não surpreendentemente, autoras mulheres.

No caso da perspectiva racial, tal como na de gênero, diversos autores mencionam sua existência, sem qualificá-la (Blank, Schmidt, 2003, p. 292; Huddy, Khatib, 2007, p. 65; Giddens, 1985, p. 336; Suny, 1988, p. 118; Holy, 1996, p. 65; Cott, 2002, p. 4; Donnan, Wilson, 1999, p. 12, 35, 57). O número de menções da mesma no contexto da amostra textual não é insignificante – sendo mais recorrente que gênero –, contudo a discussão é pouco (e mal) endereçada,

[7] Um exemplo explícito é Tim Edensor (2004, p. 112), que faz apenas uma menção a gênero em todo o seu texto, ao argumentar que "as identidades são assim fomentadas por rotinas massificadas que podem ser afetadas por classe, etnia e gênero, bem como pela nação". Ele, como a grande maioria dos autores que mencionam tal perspectiva, não a discute qualitativamente, englobando quais seriam suas diferenças, como elas se manifestam e quais os seus efeitos – algo restrito a um pequeno número de textos.

reproduzindo o silenciamento ao qual Karine de Silva Souza (2021) se refere e dá voz. Algumas exceções notáveis são Seton-Watson (1977, p. 356) e Hall (1993, p. 361) – o único autor negro de toda a amostra. A perspectiva subjetiva, por sua vez, padece um mal semelhante. Até está posta em tal bibliografia, mas com frequência de forma sub analisada. O "medo" como afeto que marca a relação com o "diferente" ou o "outro" é um dos principais elementos subjetivos evocados nesses estudos (Hall, 1993, p. 357; Carey, 2002, p. 338; por exemplo).

É evidente que os resultados aqui obtidos ainda são posicionados e correspondem a um processo de seleção e processamento amostral específico, mas alguns contornos conclusivos podem ser traçados. Há uma preponderância significativa de perspectivas históricas e sociológicas, além de silenciamentos marcantes sobre gênero e raça. O que, na prática, corrobora algumas das observações feitas no contexto do processamento bibliométrico. Outro fenômeno marcante é o que ocorre com perspectivas subjetivas, raciais e de gênero que são mencionadas textualmente sem a sua devida discussão. Isto é, não estão ausentes num sentido de vazio, mas de falta. Algo que, em um certo sentido, se aproxima muito da mobilização do próprio conceito de *identidade* em alguns estudos, que o evocam sem jamais discuti-lo. E é dessa observação que decorre o terceiro e último movimento analítico desse estudo, que apresentarei na próxima seção.

3. Aspectos subjetivos

Sob influência da psicanálise no contexto das discussões sobre nacionalismo e identidades nacionais (Machin, 2020; Stavrakakis, 1999) – associada a outras discussoes críticas da identidade (especialmente em Foucault e Butler) –, finalmente, objetivou-se empreender uma leitura crítica de suas definições clássicas (tais como: Gellner, 1983; Hobsbawm, 1991; e Anderson, 2008, por exemplo). O ponto de partida dessa discussão deriva da observação de que

> nenhum dos teóricos [do nacionalismo] pode oferecer as ferramentas conceituais para apreender a natureza de seu domínio afetivo e suas implicações. A força e a resistência da nação e as paixões do nacionalismo são muitas vezes pressupostas, mas sub analisadas; como resultado, a nação é reificada e mistificada (MACHIN, 2020, p. 285, tradução nossa)

A discussão que parece existir no campo teórico, segundo a autora – e que também pode ser observada na análise do capítulo anterior – é um foco no processo de formulação histórica das bases do Estado-nacional ou de seus aspectos sociológicos mais gerais. Nesse mesmo caminho, Yannis Stavrakakis (2007, p. 189) indica que "mais ênfase é colocada na produção do nacionalismo sob condições históricas específicas do que em sua

reprodução, ou seja, na notável continuidade que marca a identificação com as nações" – algo também observando no tipo de estudo preponderante na perspectiva histórica. Não se pode apontar, porém, que nada é dito sobre aspectos de ordem subjetiva dado que a amostra, em 61% dos casos, recorre a alguma elaboração sobre a temática. Mas, como já expresso, isso não significa que sua elaboração se dê de forma qualificada. Ela existe, portanto, quase como um *efeito colateral* das demais discussões. Não é, propriamente, uma lacuna da literatura num sentido de vazio, mas num sentido de falta. Os debates acerca de aspectos subjetivos não inexistem, eles faltam a ser.

Apesar da série de críticas que realizamos quanto à (in)existência de uma série de discussões, isso não significa que todos os textos incorrem nesse tipo de problema. Alguns deles, inclusive, apresentam ideias interessantes para a compreensão dos processos de formação e transformação das identidades nacionais. A sua suposta unidade, por exemplo, é relativizada no movimento em que se aponta que

> não existe uma identidade nacional única num sentido essencializante, mas antes diferentes identidades são discursivamente construídas de acordo com o contexto, isto é, de acordo com o campo social, o cenário situacional do ato discursivo e o tema em discussão. Em outras palavras, as identidades nacionais não são completamente consistentes, estáveis e imutáveis. Devem, pelo contrário, ser entendidas como dinâmicas, frágeis, "vulneráveis" e muitas vezes incoerentes (DE CILLIA, REISIGL, WODAK, 1999, p. 154)

Não somente as identidades carecem de consistência, como o próprio processo de nomeação, dado que “alguns estados são corretamente chamados de ‘estados-nação’, no sentido de que o estado é composto exclusivamente por uma nação étnica ou por uma nação social. A maioria dos estados, no entanto, são multiétnicos e multinacionais” (KELLAS, 1998, p. 66) – ideia originalmente expressa por Charles Tilly (1996). Sem mencionar, ainda, as confusões comumente estabelecidas entre os conceitos de Estado e nação, conforme já expresso por Walker Connor (1972; 1978). É interessante, nesse contexto, a síntese, em termos de tempo, de Gabrielle Hecht, para quem

> As discussões sobre identidade nacional normalmente remetem ao passado. Mas, em última análise, o discurso da identidade nacional não é sobre o passado em si, nem mesmo sobre o presente. Em vez disso, é sobre o futuro. O discurso da identidade nacional constrói uma ponte entre um passado mitologizado e um futuro cobiçado. (HECHT, 2009, p. 12)

No texto integral da monografia, agora são pinçados alguns textos específicos que possuem discussões específicas com capacidade de forçar os limites da conceito de identidade dominante (in)existente na bibliografia analisada, as seções seguintes (omitidas no presente texto) abordam, respectivamente: a) a confusão atrelada a alguns conceitos básicos dessa discussão (nação, estado, nacionalismo, …); b) o processo de (re)elaboração teórica necessário para apreender a complexidade do conceito de identidade no âmbito desses estudos; e c) articulações possíveis a partir da psicanálise para demarcar os limites da identidade enquanto elemento organizativo do nacionalismo.

Considerações finais

Algumas considerações gerais podem ser delineadas ao fim desse estudo. Em termos da amostra textual encontrada e delimitada, a mesma se compõe de um perfil bem definido: homens brancos velhos ocidentais. Isto é: homens em 70,7%; brancas/os em 87,9%; com idade superior a 60 anos em, ao menos, 85,8%; e ocidentais em 86,9%. Indicando, não obstante, como o *mainstream* acadêmico segue sendo pautado por um tipo específico de sujeitos. Uma análise de teor qualitativo nessa amostra textual nos permitiu identificar um quantitativo muito baixo (51%) de autores que, de fato, se engajam na discussão da identidade nacional enquanto um conceito, para além de sua mera mobilização. Eles em sua maioria (71,5%), contudo, concebem – ao menos discursivamente – a identidade enquanto um *processo,* diferenciando-se dos autores remanescentes que, no geral, a articulam como uma espécie de “essência” inerente ao nacionalismo ou aos sujeitos nacionais. É notável, também, a baixa recorrência do campo das Relações Internacionais (apenas 3%) no processo de elaboração teórica ou empírica sobre a identidade nacional – algo já notado anteriormente por James Mayall (1994) e Tatiana Vargas Maia (2022) em se tratando dos estudos de nacionalismo, de forma mais ampla. O que acaba por reforçar a ambiguidade dos conceitos correlatos à nação e ao nacionalismo no contexto desse campo de estudos.

Quanto às perspectivas mobilizadas para apreender a identidade nacional, a mais recorrente foi a sociológica, estando presente em 94% dos textos analisados

qualitativamente, assumindo diversas facetas a depender dos alinhamentos teóricos empregados, mesmo que implicitamente, pelos autores. Em seguida, figura a perspectiva histórica, correspondendo a 67,5% da amostra analisada e, no geral, sendo apresentada de duas formas: a) enquanto história no sentido disciplinar estrito; e b) enquanto história imaginária mobilizada para a articulação da identidade grupal. A perspectiva política, por sua vez, foi identificada em 65,5% dos textos, estando atrelada principalmente ao processo histórico de construção das nações e às ingerências de sua disputa por elites políticas. As perspectivas raciais e de gênero, conforme o esperado, foram menos mobilizadas que as demais. Com menção a aspectos raciais em 51% da amostra, comumente ligada a discussões de teor étnico e de gênero em apenas 47%, em geral sendo apenas mencionada como uma variável, sem elaborações específicas de seus efeitos ou influências. A perspectiva subjetiva, objeto central deste estudo, foi mobilizada em 61% da amostra, entretanto, geralmente se deu como um *efeito colateral* das definições de Estado e/ou nação, sendo significativamente menos discutida que ambas.

As perspectivas críticas da identidade são pertinentes, nesse contexto, com vistas a relativizar sua unidade – tanto no nível do grupo, quanto do próprio sujeito –, a partir delas é possível fraturar o conceito de modo a marcar sua arbitrariedade semântica e, não obstante, epistemológica. Quando avançamos sobre o debate acerca das definições, fica evidente a dificuldade em nomear um processo que se constitui, precisamente, por ser subjetivo. As reflexões de Walker Connor (1972;1978), nesse sentido, englobam muito bem essa dificuldade, ao posicionar a identidade nacional como algo que emerge a partir da *autoconsciência* dos sujeitos nacionais. Como efeito desse posicionamento ele recai, contudo, num movimento de profundo relativismo. Quase como se, ao apontar a parcialidade dos demais autores, incorre no mesmo problema pelo caminho inverso. As características tangíveis da identidade nacional são relegadas para um segundo plano em prol, quase que exclusivamente, daquilo que as pessoas *acreditam* que tais características sejam.

A partir dessa discussão é que Montserrat Guibernau (2004) estrutura boa parte de suas críticas a Anthony Smith (2009). Ela, em um primeiro movimento de seu estudo, aponta falhas bastante contundentes acerca da definição de Smith, reconhecendo uma série de limitações desse conceito que ficou preso em seu tempo. Suas conclusões, contudo, recaem nos mesmos problemas de relativismo de Connor. A resposta oferecida por Anthony nos parece interessante no contexto desse estudo por ser, dentre todos os textos analisados, a melhor definição geral sobre a identidade nacional. Ela é, para ele,

> a reprodução e reinterpretação contínua do padrão de valores, símbolos, memórias, mitos e tradições que compõem o patrimônio distintivo das nações, e a identificação dos indivíduos com esse património e os seus elementos culturais – uma definição que não se refere ao estado nacional moderno (SMITH, 2009, p. 109).

Reconhecendo-se, é claro, que tal definição se refere a um *tipo ideal*, devendo ser mobilizada a partir das cadeias simbólicas que condicionem as estruturas de sua manifestação a depender de cada caso. Posiciona, assim, a identidade nacional como um processo no *espaço* e no *tempo* – que está atrelado a lógicas de *significação* próprias a depender do grupo a partir do qual se articula. Assim, uma retomada a Amanda Machin (2021) nos permitiu dar conta de apresentar alguns dos principais mecanismos implicados no processo subjetivo de constituição e re-criação da identidade nacional, a partir dos sujeitos. Evita-se, nesse movimento, incorrer em um relativismo absoluto, preferindo a apresentação de dinâmicas intersubjetivas mais ou menos consistentes para o entendimento de tais aspectos.

Fica evidente, com isso, a complexidade inerente à mobilização do conceito de identidade – dada a sua falsidade e arbitrariedade. Isto não implica que possamos abandoná-lo dados os investimentos afetivos e emocionais promovidos historicamente por sujeitos, de modo a seguir os sustentando. Na prática, para sujeitos nacionais – que acreditam na ficção constitutiva de sua própria identidade – ou atores políticos engajados na transmissão de discursos ideológicos, a nação pode até operar segundo a lógica de "você me abre seus braços, e a gente faz um país". A nível de teorizações sobre o processo que enseja a criação e reprodução de tais identidades, porém, precisamos romper com o relativismo que assume que "meu mundo é você quem faz" e "nada de mau nos alcança". Afinal, a identidade nacional, conforme expresso por Anthony Smith, precisa passar a ser apreendida a partir dos termos que balizam sua manifestação concreta e não de abstrações puramente teóricas.

Aspectos subjetivos precisam, sim, ser abordados em estudos que se proponham a uma análise plural dos fenômenos da nação, do nacionalismo ou das identidades nacionais – há de se atentar, contudo, para não incorrer em pressupostos teóricos que se assentem em relativismos que inviabilizam qualquer forma de teorização séria sobre os mesmos. Ou, em outras palavras: apesar de os aspectos subjetivos serem ainda *pouco* teorizados, não é necessário somente que passem a aparecer *mais* nessa literatura, mas, especialmente, que passem a aparecer *melhor* discutidos, confrontados e elaborados – reconhecendo-se, também, os seus próprios limites. Dentro outras possibilidades, esse estudo emprega a crítica psicanalítica da identidade como um caminho para complexificar as discussões atreladas ao fenômeno da identidade nacional. Não se almeja, por óbvio, esgotá-la em sua complexidade teórica e empírica, mas, contrariamente a isso, mobilizá-la como um mecanismo capaz de promover novas escansões – fraturando a suposta coerência da definição implícita da identidade nacional, esse suposto *efeito colateral* da nação e do nacionalismo, que tentei reposicionar ao longo desse estudo.

Referências:

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDERSON, Benedict. **The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia, and the world**. London: Verso, 1998.

APPLEGATE, Celia. **A nation of provincials: The German idea of Heimat**. Los Angeles: University of California Press, 1990.

BANET-WEISER, Sarah. **The most beautiful girl in the world: Beauty pageants and national identity**. Berkeley: University of California Press, 1999.

BELL, Duncan SA. Mythscapes: memory, mythology, and national identity. **The British journal of sociology**, v. 54, n. 1, p. 63-81, 2003.

BHABHA, Homi K. (Ed.). **Nation and narration**. Abingdon, UK: Routledge, 2013.

BLANK, Thomas; SCHMIDT, Peter. National identity in a united Germany: Nationalism or patriotism? An empirical test with representative data. **Political psychology**, v. 24, n. 2, p. 289-312, 2003.

BLOMMAERT, Jan. Language policy and national identity. In: RICENTO, Thomas. **An introduction to language policy: Theory and method**, p. 238-254, 2006.

BOYD, Carolyn P. **Historia patria: politics, history and national identity in Spain, 1875-1975**. Princeton: Princeton University Press: 1997.

BOZDOĞAN, Sibel; KASABA, Reşat (Ed.). **Rethinking modernity and national identity in Turkey**. University of Washington Press, 1997.

BRANDENBERGER, David. **National Bolshevism: Stalinist mass culture and the formation of modern Russian national identity, 1951-1956**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BUSHNELL, David. **The making of modern Colombia: A nation in spite of itself**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Who sings the Nation State? language, politics and belonging**. New York: Seagull Books, 2007.

CAREY, Sean. Undivided loyalties: Is national identity an obstacle to European integration?. **European union politics**, v. 3, n. 4, p. 387-413, 2002.

CHAKRAVARTY, Sumita S. **National identity in Indian popular cinema, 1947-1987**. Austin: University of Texas Press, 1993.

COHEN, Michèle. **Fashioning masculinity: national identity and language in the eighteenth century**. London: Routledge, 1996.

COLLEY, Linda. Britons: forging the nation, 1707-1837. London: Pimlico, 2003.

CONNOR, Walker. A nation is a nation, is a state, is an ethnic group is a…. **Ethnic and racial studies**, v. 1, n. 4, p. 377-400, 1978.

CONNOR, Walker. Nation-building or nation-destroying?. **World politics**, v. 24, n. 3, p. 319-355, 1972.

COTT, Nancy F. **Public vows: a history of marriage and the nation**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Gleidson Renato Martins; JUNIOR, Paulo Roberto Faber Tavares. Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. **Canoas: IFRS campus Canoas**, p. 313, 2018

DITTMER, Lowell; KIM, Samuel S. (Ed.). **China's quest for national identity**. Ithaca, USA: Cornell University Press, 1993.

DONNAN, Hastings. WILSON, Thomas M. **Borders: Frontiers of Identity, Nation and State**. New York: Berg, 1999.

EDENSOR, Tim. Automobility and national identity: Representation, geography and driving practice. **Theory, Culture & Society**, v. 21, n. 4-5, p. 101-120, 2004.

EDENSOR, Tim. **National identity, popular culture and everyday life**. Oxford: Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: FREUD, Sigmund. **Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-153.

GOLDMAN, Marcio; NEIBURG, Federico. Antropologia e política nos estudos de caráter nacional. **Anuário Antropológico**, v. 22, n. 1, p. 105-138, 1998.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence: Volume Two of A Contemporary Critique of Historical Materialism**. Cambridge: Polity Press, 1985.

GREENFELD, Liah. **Nationalism: Five roads to modernity**. Harvard University Press, 1992

GREENFELD, Liah; EASTWOOD, Jonathan. **National Identity**. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. The Oxford Handbook of Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press, 2007. 256–273.

GUIBERNAU, Montserrat. Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment. **Nations and Nationalism**, v. 10, n. 1-2, p. 125-141, 2004.

HALL, Stuart. Culture, community, nation. **Cultural studies**, v. 7, n. 3, p. 349-363, 1993.

HAMMAR, Tomas. **Democracy and the Nation State: Aliens, Denizens and Citizens in a World of International Migration**. New York: Routledge, 2016.

HECHT, Gabrielle. **The radiance of France, new edition: Nuclear power and national identity after World War II**. Cambridge-MA: MIT press, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **História social do jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLY, Ladislav. **The little Czech and the great Czech nation: National identity and the post-communist social transformation**. New York: Cambridge University Press, 1996.

HUDDY, Leonie; KHATIB, Nadia. American patriotism, national identity, and political involvement. **American journal of political science**, v. 51, n. 1, p. 63-77, 2007.

JAYAWARDENA, Kumari. **Feminism and nationalism in the Third World**. Verso Books, 2016.

KEDOURIE, Elie. **Nationalism**. London: Hutchinson University Library, 1961.

KELLAS, James. **The Politics of Nationalism and Ethnicity**. London: MacMillan Press, 1998.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHN, Hans. **The idea of nationalism: A study in its origins and background**. New Brunswick, USA: Transaction Publishers, 2008.

KUMAR, Krishan. **The making of English national identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MACHIN, Amanda. **Nationalism**. In: STAVRAKAKIS, Yannis. Routledge Handbook of Psychoanalytic Political Theory. London: Routledge University Press, 2020. p. 285-295

MARSON, Adalberto. **Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão**. Revista de História. v. 42, n. 86, p. 513-528, 1971.

MASSAD, Joseph Andoni. **Colonial effects: The making of national identity in Jordan**. New York, USA: Columbia University Press, 2001.

MCCLINTOCK, Anne. Family feuds: Gender, nationalism and the family. **Feminist review**, v. 44, n. 1, p. 61-80, 1993.

MOFFATT, Jennifer H. et al. Colistin resistance in Acinetobacter baumannii is mediated by complete loss of lipopolysaccharide production. **Antimicrobial agents and chemotherapy**, v. 54, n. 12, p. 4971-4977, 2010.

MOGHADAM, Valentine (Ed.). **Gender and national identity: women and politics in Muslim societies**. Palgrave Macmillan, 1994.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. RODRIGUES, Cristina Carneiro. LUCA, Tania Regina de. GUIMARÃES, Valéria. orgs. **Identidades brasileiras: composições e recomposições [online]**. São Paulo: Editora UNESP, p. 7-29, 2014.

NATION, Ian Stephen Paul; MACALISTER, John. **Teaching ESL/EFL reading and writing**. New York: Routledge, 2020.

NATION SR, James L. **Insect physiology and biochemistry**. Abingdon: CRC press, 2022.

ŌMAE, Ken'ichi. **The end of the nation state: The rise of regional economies**. Simon and Schuster, 1995.

ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of nationalism: A critical introduction**. London, UK: Palgrave Macmillan, 2017.

REDIN, Giuliana. **Psicologia Social da Vulnerabilidade do Migrante Internacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2022.

REICHERT, Douglas Welter. O Inimigo Comum – Reflexões sobre o Papel de Ameaças Imaginárias para a Articulação da Política Brasileira. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, *[S. l.]*, v. 14, n. 26, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/111760>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SETON-WATSON, Hugh. **Nations and States: An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism**. London: Methuen & Co, 1977.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa*: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37.

SIMI, Gianluca. **A metafísica do estrangeiro: um ensaio sobre o conceito de estrangeiridade**. In: REDIN, Giuliana (Org.). Migrações Internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. p. 127-143.

SMITH, Anthony D. **Ethno-symbolism and nationalism: A cultural approach**. London: Routledge, 2009.

SMITH, Anthony D. National identity and the idea of European unity. **International affairs**, v. 68, n. 1, p. 55-76, 1992.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPILLMAN, Lyn. **Nation and commemoration: Creating national identities in the United States and Australia**. Cambridge University Press, 1997.

STAVRAKAKIS, Yannis. **The Lacanian Left: Psychoanalysis, Theory, Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

STRATTON, Jon; ANG, Ien. Multicultural imagined communities: Cultural difference and national identity in Australia and the USA. **Continuum**, v. 8, n. 2, p. 124-158, 1994.

SULEIMAN, Yasir. **Arabic language and national identity: A study in ideology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

SUNY, Ronald Grigor. The Making of the Georgian Nation. Bloomington: Indiana University Press: 1988.

TAMIR, Yael. **Liberal nationalism**. Princeton University Press, 1995.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. National identity and the'other'. **Ethnic and racial studies**, v. 21, n. 4, p. 593-612, 1998.

TÖLÖLYAN, Khachig. The nation-state and its others: In lieu of a preface. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 1, n. 1, p. 3-7, 1991.

VARGAS MAIA, Tatiana. Entrevista com a Professora Doutora Tatiana Vargas Maia sobre Nacionalismos no Século XXI. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 12, n. 23, 2019.

VARGAS MAIA, Tatiana. The 'Erasure of Nationalism' and International Relations. **E-International Relations**. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2022/06/08/the-erasure-of-nationalism-and-international-relations/> Acesso em: 22 dez. 2023.

VIANNA, Hermano. The Mystery of Samba: Popular Music and National Identity in Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press: 1999.

WODAK, Ruth; DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin. The discursive construction of national identities. **Discourse and Society**, v. 10, n. 2, p. 149-173, 1999.

ZOLBERG, Aristide R. A Nation by Design: immigration policy in the fashioning of America. Cambridge: Harvard University Press, 2008.